

UM OLHAR PARA AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESCOLAR – ANALISANDO CONCEITOS, DEFINIÇÕES E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Jéferson Evangelista dos Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Resumo: trata das dificuldades de aprendizagem (DA) escolar, no tocante a seus conceitos e definições bem como das práticas de intervenção pedagógica para avaliação e acompanhamento dos/as educandos/as que apresentam essas dificuldades na escola. Objetiva as formas de intervenções que podem ser elaboradas para que esses/as alunos(as) tenham suas habilidades potencializadas e suas dificuldades amenizadas. A metodologia utilizada na execução deste trabalho é de abordagem qualitativa que visa entender a natureza de um fenômeno social, no caso, a partir da pesquisa de bibliográfica com o aporte teórico de Dockrell e Mcshane. Conclui-se que o desenvolvimento humano é um processo contínuo e integrado que envolve fatores biológicos, físicos, emocionais e psíquicos. A ruptura das etapas de desenvolvimento do aprendizado pode acarretar em desaceleração e atraso na aprendizagem das crianças e estas passam a apresentar as dificuldades de aprendizagem durante a fase escolar, problema que carece de ser urgentemente enfrentado pelos sujeitos envolvidos – família e escola. A comunidade escolar e a família precisam caminhar juntas para que efetivem um plano de ação contra as dificuldades de aprendizagem por meio de práticas de intervenção e inclusão. É desafiador o proposto para a realidade do sistema educacional brasileiro. Espera-se que a pesquisa possa ser útil aos que se interessam ou necessitam se aprofundar sobre a temática.

Palavras chave: dificuldades de aprendizagem; intervenção pedagógica; inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem faz parte da vida do ser humano, porque permite a integração do indivíduo na sociedade e nas práticas sociais. Na escola é que essa aprendizagem se torna ainda mais significativa, pois esta instituição tem o papel de introduzir o ser humano no ambiente sócio-cultural. Existem, entretanto, sujeitos que apresentam dificuldades para participar do processo de aprendizagem em conformidade com os parâmetros considerados mínimos para a dita “normalidade”. Tais indivíduos, por

consequente, se deparam com obstáculos à sua participação ativa nos contextos sociais, culturais e políticos da sociedade que está “inserido”.

Face ao exposto, consideramos que num contexto de educação regular, que pretende atender a todos os alunos de maneira igualitária e atendendo às suas necessidades específicas, urge enfrentar as dificuldades de aprendizagem escolar de forma crítica e reflexiva para que a decantada “proposta de educação inclusiva” se concretize.

O foco desse trabalho encontra-se na abordagem das dificuldades de aprendizagem (conceitos, definições); dos dispositivos legais que tutelam os direitos do educando com DA, em seus diferentes níveis; e nas intervenções pedagógicas para o acompanhamento e a inclusão de indivíduos com problemas na aprendizagem escolar. Em uma perspectiva pedagógica, as dificuldades de aprendizagem se constituem num amplo campo para estudos, face à diversidade de olhares e enfoques possíveis. Tal entendimento torna ainda mais necessário que a formação de todo docente abarque tais aspectos, o que se mostra fundamental quando nos referimos à Educação Básica, dada as características de maturidade psicológica dos indivíduos nessa faixa etária.

O objeto de estudo desta pesquisa se faz relevante quanto à sua abordagem, no tocante ao fato de que as DA ainda se caracterizam como elemento inespecífico quanto às suas manifestações, pois em alguns alunos e alunas não afetam o desenvolvimento, de modo a impedirem alguma aprendizagem particular. Contudo, as DA discutidas nesse trabalho se apresentam de modo específico porque afetam determinadas aprendizagens escolares, como, por exemplo, a leitura e escrita ou a matemática; entretanto não implica em deterioração intelectual ou psicológica, o que permite que sua solução seja encontrada por meio de um plano de intervenção pedagógica e psicopedagógica oportuna e eficaz. Logo, entende-se que as causas dessas DA estão em fatores que podem ser intrínsecos da pessoa, ambientais e uma combinação desses dois fatores.

Nesse sentido, o que poderia ser reflexo de uma mera diferença de ritmo de aprendizagem entre os discentes ou da inadequação das estratégias de ensino às demandas discentes, passa rapidamente a se constituir mais um “rótulo” dirigido ao

indivíduo. Ainda, o/a aluno/a com DA é sempre taxado como o preguiçoso, desatento e desinteressado. Tais consequências podem ser solucionadas através de um plano escolar de intervenção pedagógica da qual trataremos no último capítulo deste texto.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Historicamente, estudos no campo da educação tentam decifrar e definir as dificuldades de aprendizagem (DA). Mesmo que as discussões sobre DA tenham tomado mais adeptos nos últimos anos, ainda há uma constante indeterminação quanto à sua aplicação e real sentido. Segundo Smith (2007, p. 15), “[...] o termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico.”. Com isso, tem-se que as DA se configuram como um campo amplo de pesquisa que precisa ser delimitado quanto à sua abordagem e perspectiva para que não haja incoerências e inconsistências no seu trato e verificação. Este capítulo tem como objetivo tratar das dificuldades de aprendizagem ligadas aos fatores ambientais, pois embora possam ser causadas por fatores intrínsecos das crianças, de acordo com Silva (2008), elas podem ser extensão de condições ligadas ao convívio social e domiciliar, bem como do espaço escolar. Tais ambientes afetam o desenvolvimento intelectual das crianças e também seu potencial para a aprendizagem.

O desenvolvimento individual das crianças também é maciçamente influenciado por sua família, pela escola e pelo ambiente da comunidade. Embora supostamente as dificuldades de aprendizagem tenham uma base biológica, com frequência é o ambiente da criança que determina a gravidade do impacto da dificuldade (SMITH, 2007, p. 20).

Essa menção nos ajuda a compreender a dimensão maior das DA, não cabe somente atribuir suas causas a fatores biológicos e cognitivos das crianças, pois o ambiente tem influência considerável nos processos de maturação e desenvolvimento de todo ser humano como já discutido no capítulo anterior. Ademais, o espaço da escola precisa ser de fato um ambiente que proporcione aos estudantes possibilidades diversas de aprendizagem e construção de conhecimento. Um ambiente educacional estimulante contribui para que alunos e alunas façam um progresso constante, dada uma instrução

individualizada e apropriada, e tais implicações precisam estar em práticas na sala de aula e na escola.

Para Farrel (2008), as dificuldades de aprendizagem estão ligadas a problemas cognitivos que crianças em fase escolar apresentam ao não acompanharem de maneira adequada o currículo proposto pela escola. São caracterizadas, segundo a definição legal de Necessidades Educativas Especiais, como dificuldade ou “incapacidade” de aprender que exige uma provisão educacional especial, constituindo, assim, uma Necessidade Educativa Especial. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem são consideradas dificuldades de aprender, e como tal, os alunos que as apresentam, necessitam de atendimento especial. As DA podem apresentar dois caracteres, sendo um específico, quando a criança manifesta dificuldade de leitura ou escrita ou mesmo de cálculos numéricos, e outro geral, quando ela apresenta um aprendizado mais lento que o “normal” em uma sequência de tarefas (FARREL, 2008).

Dockrell e McShane (2000) argumentam, ainda, que as DA decorrem de uma confluência de fatores (maturação biológica, contextos de desenvolvimento e educacional, e de características pessoais), iniciando-se invariavelmente na infância e tendo curso estável, sem remissões ou recaídas, embora o nível de gravidade torne-se menor com o passar do tempo. Indicam também que as DA caracterizam-se por um funcionamento substancialmente abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual da pessoa, comprometendo tanto o rendimento acadêmico quanto a realização de tarefas no cotidiano.

Para Drouet (1990), as principais causas das dificuldades de aprendizagem são causas físicas, sensoriais, neurológicas, emocionais, intelectuais ou cognitivas, educacionais e sócio-econômicas. Cada uma possui características específicas que precisam ser identificadas e registradas em fichas, esse papel cabe aos professores e educadores na escola, e aos pais, no âmbito familiar, o apoio à escola no levantamento do comportamento do aluno em casa. A autora afirma que:

O professor, o orientador educacional, o psicólogo e o diretor precisarão ter muita ética profissional para tratar dos problemas de aprendizagem. Os casos dos alunos são assuntos confidenciais, a serem discutidos apenas pelas pessoas responsáveis. Por isso, as fichas dos alunos não devem ficar ao

alcançe de pessoas estranha. Para tanto o fichário deve ser mantido trancado e o seu conteúdo não deve ser discutido em público (DROUET, 1990, p. 96).

Vale salientar que para compreendermos as dificuldades de aprendizagem, devemos lembrar como ocorre o processo de aprendizagem, descrito na primeira parte deste texto. A aprendizagem envolve vários processos internos e externos e também estar intimamente ligada com a maturação natural da criança, ou seja, às etapas de desenvolvimento que precisam ser identificadas e respeitadas a fim de se promover e de se oferecer estímulos adequados para cada estágio de desenvolvimento. A ruptura das etapas do aprendizado pode acarretar em desaceleração ou atraso na aprendizagem das crianças e estas passam a apresentar dificuldades de aprendizagem durante a fase escolar. É preciso, segundo Drouet (1990), cuidado para identificar a prontidão para a aprendizagem da criança, pois se uma das etapas for interrompida ou mesmo ser pulada, isso pode causar danos cognitivos na criança, pois está ainda não estaria pronta ao próximo passo de seu processo de maturação.

As dificuldades de aprendizagem são conceituadas em Farrell (2008) como dificuldade ou “incapacidade” de aprender que exige uma provisão educacional especial, constituindo, assim, uma “Necessidade Educativa Especial (NEE)”. Com isso, o aluno com dificuldades de aprendizagem (DA) deve receber atendimento específico para sua condição, cabendo ao Estado oferecer escolas regulares que promovam a inclusão desse aluno de modo que este receba o diagnóstico e acompanhamento necessário para as dificuldades que apresentar.

De acordo com José e Coelho (1991), ter ciência do que é normal e do que é patológico é crucial para o professor que se depara com uma sala de aula com diversos alunos(as). Caso um deles apresente medo, supersensibilidade, sensação de pânico, este aluno deve ser cuidadosamente avaliado em suas dificuldades para que não seja, de antemão, tomado como deficiente ou mesmo considerado que suas dificuldades são patológicas ou anormais. Pode acontecer do aluno ou aluna com dificuldades apenas ter problemas mais sociais ou de outros aspectos. Uma avaliação minuciosa servirá para identificar se os problemas de aprendizagem são manifestados em crianças com desvio do quadro normal e se configura um quadro de não aprender. Sobre isto é importante afirmar que a(o) professor(a) não é o/a profissional habilitado/a para dar diagnósticos de

quadros patológicos de alunos e alunas que apresentem graus profundos de dificuldades de aprendizagem. É necessário o trabalho com outros profissionais que estejam habilitados para fazer uma avaliação minuciosa destes estudantes, e dessa forma viabilizar melhor investigação da natureza das dificuldades de aprendizagem para assim sistematizar melhor um plano de intervenção pedagógica para esses indivíduos em fase escolar.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A intervenção pedagógica consiste em um atendimento especializado oferecido para a criança/aluno(a) que apresenta dificuldades de aprendizagem, logo ela vai trabalhar com algo além do currículo a fim de promover a redução das dificuldades de aprendizagem. Contudo, a intervenção com os alunos deve partir de um levantamento sobre as características das dificuldades que são manifestadas, para que assim haja a formulação adequada de um programa intervenção para o caso.

De acordo com Dockrell e McShane (2000, p. 160) “[...] toda intervenção é orientada pela teoria, porém, algumas vezes, a teoria está implícita e não explícita”. É preciso conhecer as bases cognitivas das dificuldades de aprendizagem, portanto se faz necessário um cauteloso trabalho de avaliação não só por parte do professor, mas de uma coletividade que envolva outros profissionais, tais como: psicopedagogos (as), fonoaudiólogos/as, fisioterapeutas, oftalmologistas, etc. A partir daí, se nota que o papel da avaliação é determinar os caminhos que serão tomados para estabelecer uma intervenção que se adeque à necessidade da criança e que atenda às necessidades específicas de suas dificuldades. Lembrar sempre que ao diagnosticar as dificuldades de aprendizagem deve se levar em conta a criança, a tarefa e o meio. Ainda sobre o processo de intervenção, é correto afirmar que

O processo de intervenção requer uma análise do que precisa ser ensinado e de como estas informações podem ser dadas. Para fazer isto precisamos identificar os componentes da tarefa e as potencialidades e necessidades da criança. A menos que ambos sejam determinados por uma análise de tarefa adequada e pela avaliação da criança, a intervenção tem poucas chances de dar certo (DOCKRELL; MCSHANE, 2000, p. 163).

Assim posto, a intervenção só ocorrerá quando houver pleno conhecimento da natureza da dificuldade do aluno ou da aluna. Ainda pensando nas possibilidades de intervenção pedagógica com esses alunos com DA, a escola deve ter como meta o trabalho a favor da educação inclusiva, conforme afirma Mantoan:

Portanto, se nossa meta é trabalhar em favor da educação inclusiva, nossas concepções de aprendizagem e de ensino devem ser revisadas. Um ponto de partida para a compreensão da aprendizagem é ter claro que todo aluno é capaz de aprender. No entanto, os alunos não têm o mesmo tempo de aprendizagem e traçam diferentes caminhos para aprender. Cabe ao professor disponibilizar o melhor do ensino, as mais variadas atividades, e cabe ao aluno a liberdade de escolher a tarefa que lhe interessa (MANTOAN, 2011, p. 43).

Possibilitar a aprendizagem para todos não significa ignorar as diferenças entre os/as alunos/as e desrespeitar o tempo de aprendizagem de cada um, pelo contrário, é levar em consideração cada especificidade, cada diversidade e cada tempo e a partir daí é que o professor, e toda a escola irão preparar suas metodologias, suas pedagogias e didáticas para criar um dinamismo na escola que envolva atividades variadas, possibilidades diversas de aprendizado, de crescimento, de construção de saberes e habilidades.

A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar. Contudo, para a efetivação de uma escola que ensina para todos é preciso que se façam mudanças consideráveis no sistema de ensino e nos paradigmas da educação atual, pois somente a boa formação inicial e continuada do professor não resolve o problema. Nossa intenção, diante desse quadro situacional, é recriar a escola em que já estamos vivendo. Nesse sentido, pensamos que, de antemão, as mudanças educacionais, exigem que se repense a prática pedagógica, tendo como eixos a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos. (MANTOAN, 2011, p. 60).

Mantoan (2011) nos dá uma visão de educação para além do cumprimento de leis e seguimento de diretrizes, uma educação que não seja integradora, mas antes seja inclusiva, que possibilite uma educação que garanta os direitos da criança enquanto

sujeito de sua prática educativa. Dessa forma, não se deve permitir que o direito à educação para todos simbolize apenas matricular todos os alunos e mantê-los nas classes regulares. Incluir está para frente disso. Não basta que o educando esteja em uma sala com outros alunos, é preciso que se reconheça aquele aluno e o atenda em suas especificidades a fim de potencializar suas habilidades. Quando se tem a percepção de que cada criança é capaz de aprender, as intervenções pedagógicas tomam forma de modo que consideram potencialidades, habilidades, aprendizagens e até mesmo os erros das crianças como formas para amenizar e eliminar dificuldades de aprendizagem. Portanto, toda intervenção parte de uma avaliação minuciosa do estágio de aprendizagem da criança e não de concepções de senso comum e por vezes preconceituosas e desorientadas de uma base teórica e criteriosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem nos possibilitou entender que esse é um problema que urge ser enfrentado por toda a comunidade escolar juntamente com a família das crianças que manifestam essas dificuldades. Antemão, é necessário que se pense em um novo modelo de educação que contemple os/as alunos/as com DA e não os submeta ao descaso e ainda os culpe pela consequência do fracasso. Para tanto, é mister que se tenha em mente que os fatores de contribuição das dificuldades são oriundos não somente de um aspecto, seja ele de âmbito escolar ou familiar; porém, a precarização dos recursos para a educação, a não efetivação das políticas públicas voltadas para a escola, a ausência de formação continuada para os/as professores/as, a falta de espaços escolares adequados ao aprendizado das crianças e ao trabalho docente, também são pontos cruciais que refletem em dificuldades de aprendizagem e ensino na escola. As condições sociais, econômicas, emocionais das crianças precisam ser avaliadas e consideradas quando se fala de aprendizagem e de DA, pois são fatores ambientais que contribuem consideravelmente para o desenvolvimento humano e a manter essas características em bom estado podem determinar um bom desempenho escolar.

Portanto, no acompanhamento das DA deve se pensar no papel do Estado, no papel da escola e no papel da família em um trabalho coletivo, onde o Estado deve ser

capaz de efetivar políticas públicas de garantia de manutenção da escola pública de qualidade para todos e todas com espaços adequados, adaptados, e ainda no complemento da formação de professores/as oferecendo possibilidades de contínuo aprendizado para melhor atuação. À escola cabe o papel de ser um espaço de união entre os seus pares, gestão, coordenação e docentes devem estar constantemente empenhados em avaliar seus alunos e suas alunas de forma adequada a fim de que possam preparar um plano adequado de intervenção pedagógica para as diferentes dificuldades de aprendizagem que aparecerem ao longo do processo educativo.

Possibilitar a aprendizagem para todos e todas não significa ignorar as diferenças entre os/as alunos/as e desrespeitar o tempo de aprendizagem de cada um, pelo contrário, é levar em consideração cada especificidade, cada diversidade e cada tempo e a partir daí é que a escola irá preparar suas metodologias, suas pedagogias e didáticas para criar um dinamismo que envolva atividades variadas, possibilidades diversas de aprendizado, de crescimento, de construção de saberes e habilidades. A formação continuada, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos/as alunos/as sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar. As práticas pedagógicas devem reconhecer e assegurar que os/as alunos/as possam ser diferentes entre si, devem garantir que haja a diversidade entre os alunos, mas deve possibilitar uma educação que chegue a todos esses/as alunos/as mesmo em suas diferenças.

Ensinar para a sala toda visando amenizar, ou mesmo erradicar as DA é um desafio posto para todos os envolvidos na educação das crianças e que visam, almejam uma educação inclusiva em suas classes e em suas escolas, porém, com o trabalho coletivo entre os/as educadores/as, os/as profissionais de educação, a escola e toda a comunidade escolar, que estando abertos à reflexão da prática docente, à pesquisa e à busca por uma educação inclusiva que alcance todos os alunos e alunas, as possibilidades do ensino para sala toda se concretizaram e a escola assim se tornará um espaço de todos/as os/as protagonistas da prática educativa. E a esses protagonistas não

se deve acrescentar uma educação baseada na repetição de conceitos prontos, mas nas possibilidades de construções no coletivo onde se educa e aprende, se aprende e educa.

REFERÊNCIAS

DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. **Distúrbios da aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1990.

FARREL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1991.

LÚDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**. Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar - O que é? Por quê? E como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 17-24.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Jéferson Evangelista dos Santos

Graduando em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Santa Cruz UESC; membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE/UESC; bolsista do programa de Residência Pedagógica - CAPES.